

CONCURSO PÚBLICO PARA O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE ARAUCÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Observação: inclui-se no conteúdo programático da disciplina a legislação vigente (incluindo as alterações) até a data da publicação deste programa de provas, a doutrina constante das referências bibliográficas e o entendimento, sumulado ou não, com ou sem caráter vinculante, dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

LÍNGUA PORTUGUESA

Tem por objetivo central avaliar a capacidade de o candidato compreender textos de diferentes gêneros, bem como avaliar a capacidade de perceber relações estruturais e semânticas entre fenômenos linguísticos sentenciais e textuais e operar sobre eles, mostrando domínio da língua padrão escrita.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Resolução de problemas envolvendo frações, números inteiros, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras). Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.

INFORMÁTICA

Noções de hardware e software de computador. Sistema Operacional Microsoft Windows; Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel; Internet e ferramentas Microsoft Office. Noções de redes de computadores, Internet e Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico. Grupos de discussão, busca e pesquisa na Internet. Noções de segurança e proteção: vírus, worms e derivados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

PROGRAMA

1. O código de classificação de documentos de arquivo: definições e conceitos.
2. Tabela de temporalidade: configuração da tabela, metodologia para elaboração.
3. Aplicação da tabela em todas as fases. Rotinas para destinação dos documentos em todas as fases.
4. Noções Gerais de Comunicação Empresarial: Comunicação no ambiente de trabalho. Documentos corporativos. Comunicação via internet e suas aplicabilidades. Comunicação departamental.
5. Redação Oficial: conceituação, objetivos, características textuais, adequação linguística.
6. Tipos de Documentos Oficiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf
2. MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm
3. POLÔNIO, Carlos. Comunicação Empresarial. Recife: Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco. 2013. Disponível em: https://sisacad.educacao.pe.gov.br/bibliotecavirtual/bibliotecavirtual/texto/Caderno_deRHComunica_C_eoEmpresarialRDDI.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: ADVOGADO

PROGRAMA

DIREITO ADMINISTRATIVO - Direito Administrativo: Conceito, princípios e fontes. Interpretação e aplicação do Direito Público. Alterações da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro pela Lei Federal nº 13.655/2018. 2. Administração Pública: conceito, natureza e princípios constitucionais. 3. Poderes administrativos. Poder de polícia: conceito, objeto; atributos e condições de validade. 4. Entes Administrativos. Administração Pública direta, indireta e fundacional. Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações instituídas e subvencionadas pelo Poder Público. Lei federal nº 13.303/2016. 4. Bens públicos: conceito, classificação e regime jurídico. Bens municipais. Uso e alienação. 5. Ato administrativo: Elementos e classificação. Existência, validade e eficácia. 6. Licitação: princípios, modalidades, limites, dispensa e inexigibilidade. Procedimento licitatório: fases, nulidade e revogação da licitação. Contratos administrativos: conceito, espécies e regime jurídico. Formalização, alteração e execução. Lei federal nº 8.666/1993. Lei federal nº 10.520/2002. 7. Controle dos Atos Administrativos. A autotutela: mérito e legalidade. O controle judicial: mérito e legalidade. Limites. Prescrição. 8. Servidor público. Lei Municipal nº 1703 de 11 de dezembro de 2006 - Estatuto dos Servidores do Município de Araucária e suas atualizações Direito de greve. Possibilidades e limites. Comunicabilidade das esferas penal e administrativa. Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos. Regramento constitucional. 9. Serviço Público: conceito e classificação; concessão, permissão, autorização e convênios. Lei federal nº 8.987/1995. Defesa do usuário. Lei federal nº 13.460/2017. Terceiro setor. Lei federal nº 13.019/2014. Organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público. Contrato de gestão. Lei federal nº 9.637/98. Termo de parceria. Lei federal nº 9.790/99. Desapropriação: conceito, requisitos. Decreto-lei nº 3.365/1941. 11. Processo administrativo: princípios e regras. Lei federal nº 9.784/1999. Aplicabilidade à União, aos Estados e aos Municípios. 12. Direito Administrativo-Disciplinar: conceito e princípios; ilícito administrativo e penalidades. 13. Improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992. 14. Responsabilidade civil do Estado; Pressupostos, Ação regressiva e denunciação à lide. 15. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. Lei federal nº 12.846/2013. 16. Acesso à informação. Lei federal nº 12.527/2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Empresas Estatais**. São Paulo: Forense, 2017.
2. CARVALHO, Antonio Carlos Alencar. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
3. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
4. CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
5. DALLARI, Adilson de Abreu; FERRAZ, Sérgio. **Processo Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
6. DIPP, Gilson; CASTILHO, Manoel L. Volkmer de. **Comentários sobre a Lei Anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2016.
7. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 31. ed. São Paulo: Forense, 2018.
8. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**. 11. ed. São Paulo: Forense, 2017.
9. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MOTTA, Fabrício; FERRAZ, Luciano de Araújo. **Servidores Públicos na Constituição de 1988**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
10. FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
11. FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Licitações e Contratos Administrativos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
12. GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade Administrativa**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
13. JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 17. ed. São Paulo: RT, 2016.
14. JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: RT, 2016.
15. JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico**. 6. ed. São Paulo: Dialética, 2013.
16. MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 20. ed. São Paulo: RT, 2016.
17. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
18. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
19. MOREIRA, Egon Bockmann. **Processo Administrativo**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
20. MOTTA, Fabrício; MÂNICA, Fernando Borges; OLIVEIRA, Rafael Arruda (Coord.) **Parcerias com o terceiro setor: as inovações da lei nº 13.019/14**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
21. ROCHA, Sílvio Luiz Ferreira da. **Terceiro Setor**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

DIREITO CONSTITUCIONAL - conceito, classificações e conteúdo. Constituição da República Federativa do Brasil. Emendas Constitucionais nº 1/1992 a nº 99/2017. 2. Teoria da Constituição. 3. Poder constituinte: modalidades. Poder de reforma constitucional. Poder constituinte decorrente. Poder constituinte do Município. 4. Normas Constitucionais. Natureza. Classificação quanto à eficácia. Aplicabilidade. 5. Controle jurisdicional de constitucionalidade. Bloco de Constitucionalidade. Espécies de inconstitucionalidade. Momentos de controle. Meios. Sistemas e vias de controle. Ação de inconstitucionalidade genérica, por omissão e interventiva. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade de Lei Municipal. Competência para a propositura e julgamento. Efeitos. 6. Organização do Estado. Estado. Conceito. Elementos. Formas. Governo. Formas e regimes. 7. Federação brasileira: Princípios fundamentais. Sistema de distribuição de competência entre os entes federativos. Competências privativas e concorrentes. Competências comuns. Intervenção. 8. Criação dos Municípios. Lei orgânica municipal. Competência do Município. Material e legislativa. Concorrente, suplementar e privativa. Autonomia Municipal. Aspectos políticos,

administrativos e financeiros de autonomia municipal. Assuntos de interesse local. Lei Orgânica do Município de Araucária. 9. Poder legislativo. Composição. Atribuições. Câmaras Municipais. 12. Processo Legislativo. Discussão, votação, sanção e veto, promulgação e publicação. Competência em razão da matéria. Iniciativa e vícios. 13. Espécies normativas. Emenda Constitucional. Lei Complementar e lei ordinária. Lei delegada, medida provisória, decreto legislativo e resolução. 14. Finanças Públicas. Orçamento. Princípios. Processo Legislativo. Controle de execução. 15. Tribunal de Contas. Competência e atribuições. 16. Poder Executivo. Atribuições. Competência privativa do Poder Executivo. Responsabilidade funcional do Chefe do Poder Executivo. 17. Poder Judiciário. Funções. Autonomia. Princípios. Garantias. Supremo Tribunal Federal. Súmula vinculante. Justiça Federal. Justiça Estadual. Composição. Competência dos Tribunais. 18. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia. Da Defensoria pública. Atribuições Constitucionais. 19. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos e garantias individuais e coletivos. Remédios constitucionais: "Habeas corpus", Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, "Habeas data" e Ação Popular. 20. Direitos Sociais. Representação coletiva. Direito de greve. 21. Ordem Econômica e financeira. 22. Ordem Social. O Estado e a ordem social. Saúde. Previdência e Assistência Social. Educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia. Regramento Constitucional do meio ambiente. Competências legislativas. Regras de compatibilização vertical. 23. Administração Pública. Disposições gerais. Cargos, empregos e funções. 24. Regime jurídico constitucional dos servidores públicos civis. Acessibilidade aos cargos públicos, acúmulo, concurso público, remuneração, vedação de vinculações e equiparações, exercício de mandato eletivo. Estabilidade, disponibilidade, aposentadoria e revisão de proventos. Aplicabilidade das normas constitucionais aos servidores das três esferas do governo. Contratação por prazo determinado. Hipóteses. Responsabilidade dos servidores públicos, esferas civil, penal, administrativa. Improbidade administrativa. 25. Disposições Constitucionais Gerais. 26. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 27. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Súmulas e teses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROSO, Luís Roberto. **Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
3. BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
4. CASTRO, José Nilo de. **Direito Municipal Positivo**. 7. ed. Belo Horizonte. Del Rey, 2010
5. CLÈVE, Clèmerson Merlin (Coord.). **Direito Constitucional Brasileiro – teoria da constituição e direitos fundamentais**, vol. 1. São Paulo: RT, 2014.
6. CLÈVE, Clèmerson Merlin (Coord.). **Direito Constitucional Brasileiro – organização do Estado e dos Poderes**, vol. 2. São Paulo: RT, 2014.
7. FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Direito Municipal**. 4. ed. São Paulo: RT, 2014.
8. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**, 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.
9. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
10. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
11. SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
12. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
13. SOUZA NETO, Claudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho**. Belo Horizonte: Fórum, 2014.
14. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **A Constituição e o Supremo**. 5. ed. atual. até a EC 90/2015. Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2016.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO - Previdência social: noção e fundamentos. Evolução histórica perante as constituições brasileiras. Modelos contributivos e não contributivos, de repartição e de capitalização, públicos e privados. Previdência Social e direitos sociais na Constituição de 1988. 2. Princípios do direito previdenciário. Fontes. Vigência e eficácia das normas previdenciárias no tempo e no espaço. Competência legislativa. Prescrição em matéria previdenciária. Regimes de previdência social: regime geral, regimes próprios dos servidores públicos e regime complementar. 3. Previdência social dos agentes públicos: servidores efetivos, servidores estabilizados, empregados públicos, temporários, detentores de cargo em comissão, detentores de mandato eletivo. Servidores públicos e regime de previdência complementar. 4. Disciplina constitucional da previdência social dos servidores públicos e reformas previdenciárias. Direito adquirido e expectativa de direito. Emenda Constitucional nº 20/1998, Emenda Constitucional nº 41/2003, Emenda Constitucional nº 47/2005, Emenda Constitucional nº 70/2012 e Emenda Constitucional nº 88/2015. Normas gerais dos regimes próprios de previdência dos servidores públicos (Lei nº 9.717/1998, Lei nº 10.887/2004 e Orientação Normativa nº 02/2009 da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social). Órgão Gestor Único. Previdência complementar. 4. Regimes próprios de previdência dos servidores efetivos: regras constitucionais permanentes. Contributividade e solidariedade. Compulsoriedade. Aplicabilidade subsidiária das normas do regime geral de previdência social. Contagem de tempo fictícia e contagem recíproca. Correspondência entre benefício e fonte de custeio. Promoções pós-aposentadoria. Unidade de regime e de gestão. Fundos de previdência. 5. Custeio do regime próprio de previdência dos servidores. Contribuição previdenciária de servidores ativos, inativos e de pensionistas. Imunidade e isenção. Alíquotas de contribuição previdenciária. Contribuição do ente público. 6. Benefícios do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Paridade e integralidade.

Aposentadorias: modalidades, critérios e requisitos de concessão e forma de cálculo dos benefícios (remuneração base de contribuição, atualização e parcelas incorporáveis). Aposentadorias especiais: hipóteses constitucionais e dependência de regulamentação. Aposentadoria especial dos professores. Pensão: fato gerador, forma de cálculo do benefício, dependentes e beneficiários. Cumulação de aposentadorias e pensões. Teto dos benefícios. Reajustamento dos benefícios. Abono de permanência. 7. Lei Municipal nº 1493/2004 - Dispõe sobre o Fundo de Previdência do Município de Araucária e suas atualizações. Segurados, dependentes, custeio e benefícios. Contribuição previdenciária. Responsabilidade do ente público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BORGES, Mauro Ribeiro. **Previdência Funcional & Regimes Próprios de Previdência**. Curitiba: Juruá, 2003.
2. CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. **Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos**. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2017.
3. DIAS, *Eduardo Rocha*; MACEDO, José Leandro Monteiro de. **Nova Previdência Social do Servidor Público**. 3. ed. São Paulo: Método, 2010.
4. IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 22. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.
5. LEITÃO, Andre Studart; DIAS, Eduardo Rocha; MACEDO, José Leandro Monteiro de. **Nova Previdência Complementar do Servidor Público**. São Paulo: Método, 2012.
6. PEREIRA, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Curso de Direito Previdenciário**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
7. SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário Esquemático**. 6ª ed., Saraiva: S. Paulo, 2017.
8. SPECHOTO, Karina. **Dos Regimes Próprios de Previdência Social**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2015.
9. TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**. 16 ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

Prova Discursiva: Parecer Jurídico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: CONTADOR

PROGRAMA

1. Contabilidade aplicada ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

Aspectos contábeis no Contexto da Legislação dos RPPS.
Especificidades na Elaboração do Orçamento dos RPPS.
Plano de Contas Aplicado aos RPPS.
Tratamento Contábil da Carteira de Investimentos dos RPPS
Outros procedimentos contábeis usuais no RPPS
Sistemas e Demonstrações Contábeis.

2. Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Plano Plurianual.
Receitas e Despesas Públicas.
Controle Interno e Externo.
Escrituração.
Demonstrações Contábeis: elaboração, estrutura e análise.
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

3. Contabilidade Geral e Tributária

Contabilidade: conceito, objetivo, finalidades, campo de aplicação.
Patrimônio: conceito, composição, aspectos qualitativos e quantitativos.
Escrituração.
Princípios de Contabilidade.
Estrutura e elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a Legislação vigente e o comitê de Pronunciamentos Contábeis.
Depreciação, amortização e exaustão: conceitos, métodos e critérios de cálculo e contabilização.
Folha de pagamento: elaboração e contabilização.
Auditoria interna e externa independente.
Apuração de tributos municipais, estaduais e federais.
Elaboração do Livro de Apuração do Lucro Real.

4. Análise das Demonstrações Contábeis

Análise sob os aspectos horizontal e vertical.

Índices e coeficientes financeiros, patrimoniais, de estrutura e econômicos.

5. Contabilidade de Custos e Gerencial

Noções gerais de contabilidade de custos.

Classificações dos custos.

Custos com materiais.

Custos com mão de obra..

Métodos e sistemas de custeio.

Análise das relações custo/volume/lucro.

Ponto de Equilíbrio.

Orçamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Contabilidade aplicada ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

1. LIMA, Diana Vaz de, GUIMARÃES, Otoni Gonçalves. **A Contabilidade na Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social**. São Paulo: Atlas, 2016.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público. São Paulo: Atlas, 2014.
2. CASTRO, Domingos P. de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. São Paulo: Atlas, 2011.
3. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade do setor público. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>
4. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
5. SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Contabilidade Geral e Tributária

1. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 2012.
2. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
3. GELBCKE, Ernesto R., SANTOS, Ariovaldo dos, IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
4. PEGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Análise das Demonstrações Contábeis

1. MARTINS, Eliseu, MIRANDA, Gilberto J., DINIZ, Josediton A. **Análise didática das demonstrações contábeis**, São Paulo: Atlas, 2014.
2. MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial e básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Contabilidade de Custos e Gerencial

1. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. JIAMBALVO, James. **Contabilidade gerencial**. 3. ed. São Paulo: LTC, 2009.

Prova Discursiva: Balancete.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: MÉDICO DO TRABALHO

PROGRAMA

1. NR 9 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais- PPRA;
2. NR 7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional;
3. NR 32 Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;
4. Agentes químicos, físicos, biológicos e riscos à saúde/limites de tolerância;
5. Orientação Normativa nº 4 do MPOG, de fevereiro/2017);
6. Toxicologia Ocupacional: vias de absorção, metabolismo, quadro clínico e laboratorial, indicadores biológicos de exposição química ocupacional, monitoramento biológico;
7. Avaliação e conduta em acidentes com exposição à material biológico;

8. Doenças ocupacionais e acidentes de trabalho: conceito legal, comunicação, habilitação e reabilitação profissional;
9. Epidemiologia e Bioestatística aplicadas às doenças e acidentes do trabalho;
10. Transtornos psíquicos relacionados ao trabalho;
11. Programa de Conservação Auditiva;
12. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças.
13. Ergonomia: conceito, bases biomecânicas, levantamento, transporte e descarga individual de materiais; mobiliário dos postos de trabalho; equipamentos dos postos de trabalho; ergonomia cognitiva. Manual de aplicação da NR-17
14. Higiene Ocupacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **BRASIL - MTE.** Portaria 3.214, de 08/06/1978. Normas Regulamentadoras – NR. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>
2. **FUNDACENTRO.** Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2005.
3. **MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Série A: Normas e Manuais Técnicos. Ministério da Saúde, Representação no Brasil da OPAS/OMS, Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 580 p., 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf
4. **MENDES, RENE** - Patologia do Trabalho - 3ª Ed. 2013 – Atheneu
5. **SALIBA, TUFFI MESSIAS.** Manual prático de higiene ocupacional e PPRA: Avaliação e controle dos riscos ambientais. São Paulo: Ltr, 2005.

Prova Discursiva: Laudo Pericial.